

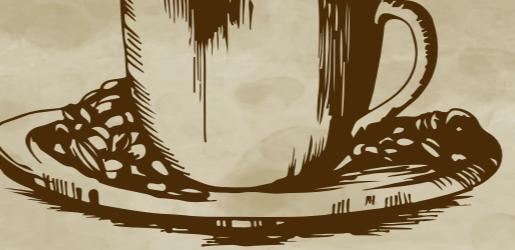


Café com Lutas

Luta por Terra e Território



psol
na
câmara



Café com Lutas

O PSOL na Câmara vem organizando encontros com movimentos sociais e ativistas de várias áreas para aproximar ainda mais os mandatos das demandas populares. Trata-se do Café Com Lutas. O objetivo é estabelecer uma troca de ideias e buscar concretizar no Parlamento as propostas trazidas pelos movimentos.

No dia 16 de abril, o assunto foi a **Luta Por Terra e Territórios**.



Cenário de enfrentamento

O significado da luta por terra e território vai além da posse da propriedade. A luta envolve acesso à saúde e educação, condições de trabalho e direitos humanos, em prol da qualidade de vida, e vida digna, de uma comunidade. Lamentavelmente, o cenário atual é de enfrentamento como nunca antes vivido. O governo de Jair Bolsonaro provoca a maior crise da história do Brasil, com constantes e graves ataques aos movimentos e entidades, a

destruição do meio ambiente e incentivos à grileiros, madeireiros e garimpeiros. Desde 1985, conforme levantamento de movimentos ligados à luta pela reforma agrária, foram contabilizados 51 massacres e mais de dois mil assassinatos envolvendo conflito por terra no Brasil, sendo que na imensa maioria há investigações falhas, que não resultam em indiciamento e menos ainda em julgamentos.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, desde a eleição de Jair Bolsonaro houve um avanço dos ataques aos povos indígenas. O ano de 2019 foi o período com maior número de

conflitos por terra já registrado pela Comissão: quase cinco por dia, mais de mil ao ano. O desmonte executado pelo governo Bolsonaro das políticas destinadas a quilombolas, as constantes violações da legislação, as poucas leis existentes em defesa da terra e seus povos, a questão da instalação de barragens que atingiu mais de um milhão de pessoas também integram a luta por terra e território.



Ameaças às comunidades

A situação da comunidade residente na Base de Alcântara, no estado do Maranhão, foi apontada como preocupante. Mais de 200 quilombolas vivem no local, não possuem título de propriedade e estão ameaçadas de serem retiradas das terras. Segundo as entidades, a comunidade não foi consultada de forma livre, prévia e informada nos termos da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O modelo econômico de multinacionais tomando conta de territórios dos povos originários, com vistas ao lucro desenfreado e a consequente destruição do meio ambiente e degradação das culturas locais, também preocupa em outras localidades, como em Santarém (PA), na região do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, que está sendo invadido por mineradoras de exploração de bauxita e pela instalação da Alcoa, uma das

maiores empresas de alumínio do mundo, com sede nos Estados Unidos, além do projeto de instalação da ferrovia da Ferrogrão, que vai ligar o Pará ao Mato Grosso para escoar safra de grandes fazendeiros. As denúncias envolvem repressão e criminalização dos movimentos populares. Pacote da morte

Agricultura familiar para combater a fome

O Programa de Aquisição de Alimentos foi apontado como fundamental para a reconstrução do país, que enfrenta uma crise sanitária e socioeconômica das mais graves de sua história. A formulação de um projeto estratégico de transformação do Brasil em que a agricultura familiar e a reforma agrária popular e ecológica sejam centrais – basta de latifúndios manchados de sangue indígena, camponês e negro.

Levantamento sobre insegurança alimentar no Brasil aponta que 116 milhões de pessoas estão nessa situação em algum grau (leve, moderada ou grave). Mais de 19 milhões de brasileiros passam fome; isto representa 9% da população do país. A austeridade iniciada no final de 2014 fez o país regredir em termos de segurança alimentar. Esse cenário foi agravado por causa da pandemia do coronavírus, a partir de março de 2020. A ausência de uma administração competente resulta num governo Bolsonaro com os índices mais elevados de insegurança alimentar da série histórica analisada.



Alternativa para o desenvolvimento

O enfrentamento aos interesses do capital e do avanço de territórios precisa ser exercido com força pelos movimentos sociais, com unidade campo-cidade contra o avanço do agro-hidro-minério-negócio. As entidades classificam o modelo econômico de “desenvolvimento” patrocinado pelo governo federal como de exclusão, com violação sistemática de direitos humanos básicos. Defendem um programa alternativo de desenvolvimento.

Encaminhamentos

- Ampliação da importância da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 709/2020, apresentada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil em conjunto com o PSOL, Rede, PSB, PCdoB, PT e PDT, que determinou ao governo federal a adoção de medidas para conter o avanço da pandemia do coronavírus nos territórios indígenas;
- Acompanhamento de propostas que tramitam no Congresso Nacional com objetivo de arquivamento dos Projetos de Lei nº 191/2020, que flexibiliza exploração de

minérios em terras indígenas, e nº 490/2007, que altera o Estatuto do Índio, provocando grande retrocesso na questão de demarcação de terras;

- Monitoramento da temerária Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, outro grave retrocesso, patrocinado pela bancada ruralista, que transfere do Poder Executivo para o Legislativo a demarcação de terras indígenas;
- Avaliação de um programa alternativo de desenvolvimento do país.

“Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar”. Pedro Casaldáliga.

“As cercas do medo. As cercas do ódio. As cercas da terra. As cercas da fome. As cercas do corpo. As cercas do latifúndio”. Padre Jósimo Tavares sobre a importância de lutar contra todas as cercas.



Bancada do PSOL na Câmara dos Deputados

Talíria Petrone (RJ), Líder de Bancada;
Áurea Carolina (MG);
David Miranda (RJ);
Fernanda Melchionna (RS);
Glauber Braga (RJ);
Ivan Valente (SP);
Luiza Erundina (SP);
Sâmia Bomfim (SP);
Vivi Reis (PA);

